Serviço Espírita de Proteção à Infância - SEPI

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Documento Publico

SERVIÇO ESPÍRITA DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA – SEPI

CNPJ. : 46.731.121/0001-04

"RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS"

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **SERVIÇO ESPÍRITA DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA – SEPI** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do resultado abrangente, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/E1741-FB7DF-602F8-E0463

que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/E1741-FB7DF-602F8-E0463

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conceito das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 31 de Janeiro de 2022

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/E1741-FB7DF-602F8-E0463

FENACON DOC
ASSINADOR DE DOCUMENTOS
SISTEMA SESCAP | SESCON

ICP Brasil

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO (14782348819)
Data: 2/2/2022 8:04:43 PM -03:00

FENACON DOC
ASSINADOR DE DOCUMENTOS
SISTEMA SESCAP | SESCON

ICP Brasil

VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: E1741-FB7DF-602F8-E0463

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

https://fenacondoc.com.br/valida-documento/E1741-FB7DF-602F8-E0463

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:

Serviço Espírita de Proteção a Infância - SEPI

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.232.742	509.614
Outros créditos	6	40.337	44.820
Total do ativo circulante		**1.273.079**	**554.434**
Ativo não circulante			
Imobilizado	7	4.970.342	5.040.573
Total do ativo não circulante		**4.970.342**	**5.040.573**
Total do ativo		**6.243.421**	**5.595.007**

Passivo	Nota	2021	2020
Passivo circulante			
Fornecedores	8	46.092	28.918
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a rec	9	162.166	114.261
Impostos e contribuições a recolher		602	88
Outras contas a pagar		1.436	1.088
Total do passivo circulante		**210.296**	**144.355**
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	10	2.416.282	2.062.306
Ajuste de avaliação patrimonial	10	2.932.197	2.942.865
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	10	102.173	91.505
Superávit do Período	10	582.473	353.976
Total do patrimônio líquido		**6.033.126**	**5.450.653**
Total do passivo		**6.243.421**	**5.595.007**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ana Maria Veroneze Beira - Presidente

Presidente

CPF: 102.718.078-73

Andreia Cristina Bozzer Chierice

Contadora

CRC SP 1SP261965-0/O

Serviço Espírita de Proteção a Infância - SEPI

Demonstrações do Resultado do Período

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em Reais)

	Nota	2021	2020
Receitas de subvenções e doações	11	2.984.423	2.654.523
Despesas operacionais			
Com pessoal	12	(1.738.066)	(1.627.971)
Gerais	13	(553.102)	(463.083)
Administrativas e outras	14	(153.050)	(211.440)
Superávit antes do resultado financeiro, líquido		**540.205**	**352.029**
Receitas financeiras	15	45.237	3.901
Despesas financeiras	15	(2.970)	(1.954)
Resultado financeiro, líquido		**42.267**	**1.947**
Superávit do Período		**582.473**	**353.976**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ana Maria Veroneze Beira - Presidente
Presidente
CPF: 102.718.078-73

Andreia Cristina Bozzer Chierice
Contadora
CRC SP 1SP261965-0/O

Serviço Espírita de Proteção a Infância - SEPI

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em Reais)

	2021	2020
Superávit do Exercício	582.473	353.976
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente	**582.473**	**353.976**

Ana Maria Veroneze Beira - Presidente
Presidente
CPF: 102.718.078-73

Andreia Cristina Bozzer Chierice
Contadora
CRC SP 1SP261965-0/O

Serviço Espirita de Proteção a Infância - SEPI

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em Reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Realização AAP	Superávit do Periodo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.970.881**	**3.034.370**	**-**	**91.426**	**5.096.676**
Realização do custo atribuido	-	- 91.505	91.505	-	-
Incorporação do Superávit ao patrimônio liquido	91.425	-	-	- 91.425	-
Superávit do periodo	-	-	-	353.977	353.977
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.062.306**	**2.942.865**	**91.505**	**353.976**	**5.450.654**
Realização do custo atribuido	-	- 10.668	10.668	-	-
Incorporação do Superávit ao patrimônio liquido	353.977	-	-	- 353.976	-
Superávit do periodo	-	-	-	582.472	582.472
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.416.282**	**2.932.197**	**102.173**	**582.473**	**6.033.126**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ana Maria Veroneze Beira - Presidente
Presidente
CPF: 102.718.078-73

Andreia Cristina Bozzer Chierice
Contadora
CRC SP 1SP261965-0/O

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	**582.473**	**353.976**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação	78.961	82.734
Variações nos ativos e passivos operacionais		
(Aumento) / redução em outros recebíveis	4.483	27.878
(Redução) / aumento nos fornecedores	17.174	(15.181)
(Redução) / aumento nas obrigações trabalhistas e encargos sociais a recolher	47.905	(51.702)
(Redução) / aumento em outras contas a pagar, impostos e contribuições a recolher	862	(2.103)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	**731.858**	**395.603**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	(8.730)	(42.188)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	**(8.730)**	**(42.188)**
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	**723.128**	**353.415**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	509.614	156.199
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1.232.742	509.614
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	**723.128**	**353.415**

Ana Maria Veroneze Beira - Presidente
Presidente
CPF: 102.718.078-73

Andreia Cristina Bozzer Chierice
Contadora
CRC SP 1SP261965-0/O

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço Espírita de Proteção à Infância - SEPI (Organização da Sociedade Civil - OSC) é uma associação civil, sem fins lucrativos, cuja finalidade é oferecer serviços de proteção básica, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, atendendo crianças e adolescentes de 0 a 14 anos e 11 meses, visando à prevenção de incidência de riscos sociais e pessoais. A Organização é domiciliada no Brasil, no município de Amparo, estado de São Paulo.

Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela SEPI são providos mensalmente pelo setor privado, associados (pessoas físicas e jurídicas) e pelo poder público. As atividades da SEPI são medidas por indicadores de desempenho mensais, pela demonstração da aplicação dos convênios e subvenções, e que são disponibilizados mensalmente, como prestação de contas as partes interessadas.

A OSC aplica todas as suas rendas, recursos, legados e eventuais resultados operacionais integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais, atendendo o que determina o artigo nº 43 de seu estatuto, conforme demonstrados em seu balanço patrimonial e demonstrações de resultados do exercício apurados ao final de cada exercício.

A OSC, sem fins lucrativos e com fins não econômicos, com preponderância na área de assistência social, reverte a totalidade de suas receitas em prestação de serviços 100% gratuitos, de forma permanente, às crianças e adolescentes por ela assistidos.

A OSC, nos termos da Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei Orgânica da Assistência Social), está imune ou isenta dos tributos incidentes sobre patrimônio, renda ou serviços e da contribuição para a seguridade social, conforme disposto nos artigos 150, inciso VI, alínea "c", e 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal e no artigo 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Plano de Custeio da Seguridade Social).

Para garantir sua continuidade, a OSC conta com recursos da Prefeitura do Município de Amparo, realizada por meio de termos de parceria através de projetos nas áreas de educação e de assistência social, de empresa privada e de recursos próprios para garantir caixa suficiente para custear suas operações. Portanto, a Administração não considera que exista risco de continuidade nas operações da OSC.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC - Pequenas e Médias empresas - PME)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas (Pronunciamento técnico CPC PME emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de janeiro de 2022.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Demonstração de resultado

O superávit/déficit é apurado pelo regime de competência, e seu modelo segue as práticas contábeis para associações sem fins lucrativos ITG 2002 (R1) - Instituições sem finalidade de Lucros, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As doações e contribuições são reconhecidas quando há efetivo recebimento dos recursos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Receitas financeiras

A rentabilidade das aplicações financeiras é reconhecida na demonstração de resultado quando incorrida. As receitas financeiras da OSC, referem-se exclusivamente a rendimento das aplicações financeiras.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da OSC.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Instituição e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas nessas demonstrações financeiras, quando aplicável.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A OSC reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

A OSC desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Instituição transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço

patrimonial quando, somente quando, a Instituição tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A OSC possui os seguintes empréstimos e recebíveis: Caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos
A OSC reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Instituição se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Instituição baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A OSC classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem fornecedores e outras contas a pagar.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos de custo atribuído determinado na ocasião da adoção inicial do CPC-PME deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O custo atribuído foi registrado inicialmente em contra partida a conta de ajuste de avaliação patrimonial no exercício de 2010.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas /

despesas operacionais na demonstração de resultado.

(ii) ***Custos subsequentes***

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela OSC. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados na demonstração de resultado.

(iii) ***Depreciação***

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis do imobilizado. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas anuais de vida útil utilizadas para fins de depreciação para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxa de depreciação % a.a.
Móveis e utensílios	8,33
Equipamentos de segurança	5
Equipamentos de computação	20
Prédio e ginásio	1,67
Cobertura	2,50
Pátio externo	2,86
Fechamento	3,33

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) ***Ativos financeiros (incluindo recebíveis)***

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

(ii) ***Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da OSC são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

d. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a OSC tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

e. Obrigações tributárias

(i) ***Imunidade tributária de imposto de renda e contribuição social***

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, o OSC está imune do pagamento de imposto de renda, conforme estabelece a alínea c, do inciso VI, parágrafo 7º ambos da Constituição Federal.

(ii) ***Isenções usufruídas***

A OSC faz jus à isenção do pagamento dos impostos incidentes sobre as doações, tais como imposto de renda, contribuições sociais, os quais estão contidos na Lei 12.101, em vigor desde novembro de 2009, e posterior regulamentações, no Decreto 8.242, de 23 de maio de 2014 e Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013.

(iii) ***Aspectos fiscais***

Consideram-se isentas as entidades civis que prestam serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidades sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda às demais condições legais.

(iv) ***Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)***

A OSC usufrui de isenção da contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre cota patronal, SAT e terceiros. Em 2021 a OSC usufruiu de isenção de R$ 356.421 (R$ 363.865 em 2020).

f. Receitas com trabalhos voluntários

Em atendimento a Resolução CFC 1.409 de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002(R1) - Entidades sem Finalidades de Lucros, onde valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a OSC haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Os montantes estão contabilizados nas rubricas de trabalhos voluntários (receita) e despesas operacionais com pessoal e não altera o resultado do exercício.

A mensuração dos trabalhos voluntários foi estabelecida a partir do valor da hora do serviço executado para cada categoria tomando-se por base o mesmo valor da hora pago aos funcionários assalariados para cada uma das categorias existentes na data do encerramento de seu Balanço Patrimonial. Assim, foi calculada a média dos salários para cada faixa, pelas horas semanais e este pelo número de semanas a cada mês. Devido a Pandemia, em 2020 a OSC não obteve trabalho voluntario, por este motivo não hove o reconhecimento destas horas na contabilidade, ja em 2021 a Entidade obteve os trabalhos voluntários de forma reduzida, onde reconheceu os registros em seu balanço.

g. Subvenção governamental

A OSC recebe subvenções do Poder Público Municipal voltado para o desenvolvimento de projetos sociais no município. Para que a subvenção seja mantida, a OSC deve prestar contas da aplicação dos recursos recebidos trimestralmente. Em 2021 a OSC recebeu subvenções no montante de R$ 1.520.058 (R$ 1.308.041 em 2020), conforme demonstrativo da abertuda de receitas na nota explicativa 11.

Uma subvenção governamental é reconhecida no superávit/déficit ao longo do período, ao longo do qual a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação.

Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições associadas a subvenção. A subvenção governamental não está sendo reconhecida diretamente no patrimônio social.

h. Segregação das atividades

As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como assistência social e educação conforme ITG 2002 (R1).

i. Gratuidades

Os benefícios concedidos pela entidade a título de gratuidade foram reconhecidos de forma segregada, pelo valor efetivo praticado, destacando-se aquele que devem ser utilizados em prestações de contas aos órgãos governamentais conforme ITG 2002 (R1).

4 Gerenciamento de risco financeiro

A OSC apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da OSC a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos OSC, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da OSC. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

As políticas de gerenciamento de risco da OSC são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela OSC, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas atividades da OSC. A OSC, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a OSC irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da OSC na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da OSC. Para cumprir suas obrigações de curto prazo, a OSC conta com o apoio da Prefeitura Municipal de Amparo, que concede verbas para subsidiar a realização dos projetos sociais, e de grandes empresários da região, que contribuem de forma fiel e constante para garantir caixa suficiente para custear as operações.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de déficits diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e infraestrutura da OSC e de fatores externos, como aqueles

decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem das operações da OSC

O objetivo da OSC é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da OSC e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à diretoria. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da OSC para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Treinamento e desenvolvimento profissional; e
- Padrões éticos.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	44.006	250.557
Aplicações financeiras	1.188.736	259.057
	1.232.742	**509.614**

Recursos sem restrições

Caixa e equivalentes de caixa são originados principalmente de recursos providos por doações de pessoas físicas e jurídicas, bem como auxílios e subvenções recebidos do poder público.

Os recursos financeiros que a OSC possui que não estão vinculados a projetos são utilizados para custeio das atividades.

Aplicaçaões financeiras

As aplicações financeiras estão divididas em poupança e fundo de investimentos. Apresentam liquidez e rentabilidade diária, com resgate e crédito em conta corrente. A rentabilidade média do fundo em 2021 foi de 116,02% CDI a.a. (2020 de 87,33% CDI a.a.).

6 Outros recebíveis

	2021	2020
Antecipação de férias	38.692	44.148
Outros	1.645	671
	40.337	**44.820**

7 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	2021			2020
	Custo	**Depreciação**	**Liquido**	**Liquido**
Terrenos	87.600	-	87.600	87.600
Edificações	2.328.901	- 375.769	1.953.132	1.993.260
Móveis e utensilios	300.697	- 257.385	43.312	46.590
Equipamentos de computação	78.595	- 73.699	4.895	12.891
Instrumentos musicais e artisticos	33.179	- 6.160	27.020	28.679
Máquinas e equipamentos	16.796	- 5.183	11.613	13.293
Equipamentos de segurança	31.549	- 20.518	11.031	15.758
Construção em andamento	39.999	-	39.999	39.999
Total Imobilizado	**2.917.316**	**-738.714**	**2.178.601**	**2.238.070**

	2021			2020
	Custo	**Depreciação**	**Liquido**	**Liquido**
Terrenos - AAP	2.275.421	-	2.275.421	2.275.421
Edificações - AAP	616.801	- 102.174	514.627	525.296
Total Imobilizado - AAP	**2.892.222**	**-102.174**	**2.790.048**	**2.800.717**
Marcas e Patentes	1.876	- 183	1.693	1.787
Total Intangível	**1.876**	**-183**	**1.693**	**1.787**
Total Consolidado	**5.811.414**	**-841.071**	**4.970.342**	**5.040.573**

b. Movimentação do custo

	2020	2021	
	Custo	Adições/baixas	Custo
Terrenos	87.600	-	87.600
Edificações	2.328.901	-	2.328.901
Móveis e utensílios	293.666	7.031	300.697
Equipamentos de computação	76.896	1.699	78.595
Instrumentos musicais e artísticos	33.179	-	33.179
Máquinas e equipamentos	16.796		16.796
Equipamentos de segurança	31.549	-	31.549
Construção em andamento	39.999		39.999
Total Imobilizado	**2.908.586**	**8.730**	**2.917.316**

	Custo	Adições/baixas	Custo
Terrenos - AAP	2.275.421	-	2.275.421
Edificações - AAP	616.801	-	616.801
Total Imobilizado - AAP	**2.892.222**	**-**	**2.892.222**
Total Consolidado	**5.800.808**	**8.730**	**5.809.538**

c. Movimentação da depreciação acumulada

	2020	2021	
	Depreciação	Adições/baixas	Depreciação
Edificações	-335.641	- 40.128	- 375.769
Móveis e utensílios	-247.076	- 10.309	- 257.385
Equipamentos de computação	-64.004	- 9.695	- 73.699
Instrumentos musicais e artísticos	-4.501	- 1.659	- 6.160
Máquinas e equipamentos	-3.503	- 1.680	- 5.183
Equipamentos de segurança	-15.791	- 4.728	- 20.518
Total Depreciação	**-670.516**	**-68.198**	**-738.714**

	2020	2021	
	Depreciação	Adições/baixas	Depreciação
Edificações - AAP	- 91.505	- 10.669	- 102.174
Total Depreciação - AAP	**-91.505**	**-10.669**	**-102.174**
Total Consolidado	**-762.021**	**-78.867**	**-840.888**

8 Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais	46.092	28.918
	46.092	**28.918**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades da OSC.

9 Obrigações trabalhistas e encargos sociais a recolher

	2021	2020
Salários a pagar	70.594	69.764
Encargos sociais a pagar	27.364	23.798
Provisão férias	64.208	20.699
	162.166	**114.261**

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de, obrigações empregatícias, e encargos, bem como as provisões sociais.

10 Patrimônio líquido

O patrimônio social é composto pelos superávits apurados em exercícios anteriores, líquidos dos déficits quando ocorridos.

O resultado do exercício é transferido para patrimônio social quando aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

A OSC como pessoa jurídica de duração indeterminada, não tem prazo nem condições de extinção, mas se, por circunstância de força maior, em caso de dissolução da entidade, o patrimônio líquido remanescente será transferido a outra pessoa jurídica sem fins lucrativos, preferencialmente com o mesmo objetivo social ou à entidades públicas.

Ajuste de avaliação patrimonial
Decorrente de custo atribuído dos ativos fixos conforme adoção inicial dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC-PME. A realização da reserva de avaliação é mediante a depreciação ou baixa dos itens reavaliados. A partir de 2020 a contabilidade da OSC, vem reconhecendo a realização do custo atribuído no grupo de contas de Ajuste de avaliação patrimonial para atendimento às normativas Contábeis.

Remuneração da administração
O Estatuto Social da OSC possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria Executiva.

Não será remunerado o exercício das funções dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal, da Organização Social Civil e do corpo de associados, nem serão distribuídos, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplicará integralmente na consecução do seu objetivo social.

11 Receitas de subvenções e doações

A OSC apura e registra suas receitas em contas específicas, de acordo com as suas origens, tais como: auxílios, subvenções e convênios recebidos do poder público, mensalidades de associados, doações de pessoas físicas e jurídicas, e campanhas beneficentes realizadas pelos diretores e voluntários junto a comunidade.

	2021	2020
Donativos, mensalidades, anuidades recebidas:		
Pessoa jurídica	1.262.435	1.128.784
Donativos diversos	88.401	144.742
Pessoa física	52.666	57.415
Voluntariado	30.294	0
Campanhas beneficentes	30.569	15.542
	1.464.365	**1.346.483**
Auxílios e subvenções recebidos do poder público:		
Municipal	1.520.058	1.308.041
	1.520.058	**1.308.041**
	2.984.423	**2.654.523**

12 Despesas com pessoal

	2021	2020
Salários	-1.472.501	-1.360.396
Obrigações sociais	-145.083	-133.577
Benefícios a empregados	-120.482	-133.997
	-1.738.066	**-1.627.971**

13 Despesas gerais

As despesas gerais compreendem as despesas de programação técnica conforme detalhado abaixo:

	2021	2020
Gêneros alimentícios	-293.923	-234.889
Honorários profissionais	-127.246	-139.176
Voluntariado	-30.294	0
Teatro	-380	0
Energia elétrica	-26.902	-17.292
Água	-8.020	-8.915
Gás	-7.435	-4.042
Material pedagógico	-21.861	-16.735
Material de limpeza e conservação	-9.719	-5.489
Material higiene	-9.658	-6.871
Vestiário	-17.090	-18.354
Outras despesas	-574	-11.320
	-553.102	**-463.083**

14 Administrativas e outras

	2021	2020
Depreciação	-78.961	-82.734
Serviços de terceiros	-35.907	-4.270
Despesas tributárias		-166
Manutenção e conservação	-25.464	-44.237
Telefone	-4.494	-4.188
Outras despesas	-8.224	-75.845
	-153.050	**-211.440**

15 Resultado financeiro, líquidos

	2021	2020
Receita financeira		
Juros sobre aplicação financeira	44.234	2.833
Juros sobre poupança	1.003	945
Descontos obtidos	0	123
	45.237	**3.901**
Despesa financeira		
Despesas bancárias, juros e multas	-2.970	-1.954
	-2.970	**-1.954**
Resultado financeiro, liquido	**42.267**	**1.947**

16 Demonstração do superávit por atividade

Em atendimento às novas normas contábeis do Terceiro Setor a partir da ITG2002 (R1), apresentamos a Demonstração do resultado segregado por tipo de atividade:

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em Reais)

	Educação	Social	31/12/2021	Educação	Social	31/12/2020
Receita bruta	**404.484**	**2.625.176**	**3.029.660**	**382.995**	**2.275.429**	**2.658.424**
Atividades próprias						
Receita de doações PJ	108.209	1.154.226	1.262.435	90.303	1.038.481	1.128.784
Receita de doações PF	4.514	48.152	52.666	355	4.080	4.435
Receita de doações mercadorias	7.577	80.824	88.401	11.571	133.070	144.642
Doações de voluntariado	2.597	27.697	30.294	-	-	-
Receita de Doações Livros	-	-	-	8	92	100
Receitas financeiras própria	3.401	36.278	39.679	312	3.589	3.901
Geração de renda - sustentáveis						
Captação de recursos	2.620	27.949	30.569	5.482	63.040	68.522
Subvenções e Parcerias						
Convênios e subvenções municipais	274.964	1.245.094	1.520.058	274.964	1.033.077	1.308.041
Receitas financeiras subvencionadas	602	4.956	5.559	-	-	-
(=) Receita líquida	**404.484**	**2.625.176**	**3.029.660**	**382.995**	**2.275.429**	**2.658.424**

	Educação	Social	31/12/2021	Educação	Social	31/12/2020
(-) Custos dos serviços e atividades	**- 341.567**	**- 1.954.096**	**- 2.295.662**	**- 444.935**	**- 1.646.119**	**- 2.091.054**
Custos subvencionados	**- 275.566**	**- 1.250.091**	**- 1.525.657**	**- 274.964**	**- 1.033.077**	**- 1.308.041**
Salários e encargos sociais	- 263.287	- 921.131	- 1.184.418	- 274.964	- 812.470	- 1.087.434
Generos alimentícios	- 12.279	- 178.484	- 190.763	-	- 176.757	- 176.757
Consumo	-	- 24.487	- 24.487	-	-	-
Teatro	-	- 2.950	- 2.950	-	-	-
Honorários profissionais	-	- 114.753	- 114.753	-	- 41.849	- 41.849
Material pedagogico	-	- 8.286	- 8.286	-	- 2.000	- 2.000
Custos diretos recursos próprios	**- 66.000**	**- 704.005**	**- 770.005**	**- 169.971**	**- 613.043**	**- 783.013**
Salarios e encargos socias	- 47.456	- 506.193	- 553.648	- 132.924	- 407.613	- 540.537
Generos alimenticios	- 8.842	- 94.318	- 103.161	- 18.791	- 39.341	- 58.132
Consumo	- 1.917	- 20.447	- 22.364	-	-	-
Bazar	-	-	-	- 202	- 2.324	- 2.527
Demais despesas operacionais	- 4.143	- 44.195	- 48.338	- 4.489	- 51.620	- 56.109
Honorarios profissionais	- 1.071	- 11.422	- 12.493	- 11.134	- 86.192	- 97.326
Material pedagogico	- 1.164	- 12.411	- 13.575	- 1.339	- 13.396	- 14.735
Material de limpeza e higiene	- 1.408	- 15.018	- 16.426	- 989	- 11.371	- 12.360
Cursos de informática	-	-	-	- 103	- 1.185	- 1.288
(=) Superávit/déficit bruto	**62.918**	**671.081**	**733.998**	**-61.940**	**629.310**	**567.370**
(-) Despesas operacionais	**-12.733**	**-135.823**	**-148.556**	**-16.828**	**-194.612**	**-211.440**
(-) Administrativas						
Demais despesas administrativas	-705	-7.519	-8.224	-9.636	-110.812	-120.447
Depreciação	-6.768	-72.193	-78.961	-6.532	-76.202	-82.734
Serviços de terceiros - PJ geral	-3.078	-32.830	-35.907	-342	-3.928	-4.270
Manutenção e Conservação	-2.183	-23.281	-25.464	-305,816	-3516,884	-3822,7
(-) Tributárias	**0**	**0**	**0**	**-13,2664**	**-152,5636**	**-165,83**
(=) Superávit/déficit antes do resultado financeiro	**50.184**	**535.258**	**585.442**	**-78.768**	**434.698**	**355.930**
(-) Despesas financeiras						
Despesas financeiras	-255	-2715	-2970	-156,2976	-1797,4224	-1953,72
(=) Superávit/déficit líquido do período	**49.930**	**532.543**	**582.473**	**-78.925**	**432.901**	**353.976**

Ana Maria Veroneze Beira - Presidente
Presidente
CPF: 102.718.078-73

Andreia Cristina Bozzer Chierice
Contadora
CRC SP 1SP261965

Assistência Social - área preponderante

(i) Politicas públicas

Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Entidade são atividades de proteção social nas Políticas Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto No. 6.308/07 Resolução do CNAS No. 109/09 e Resolução CNAS No. 14/14, e por este motivo está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e como consequência, por elas, regulamentada.
A OSC possui registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal de Assistência Social.

(ii) Formalização dos projetos sociais

A Entidade no desenvolvimento de suas ações sócio assistenciais formaliza em cada Projeto Social os objetivos do mesmo, origem de recursos, infraestrutura, tipificando os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a faixa etária a serem executados (conforme Resolução do CNAS No. 109/09 e Decreto No. 6.308/07), público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

(iii) Tipificação dos projetos sociais e aplicação dos recursos

A Entidade em atendimento a Resolução do CNAS No. 109/09 e Decreto No. 6.308/07 tipificou suas atividades executou suas ações, projetos e programas de forma continuada, gratuita e relacionados com o desenvolvimento (objetivos institucionais) em situação de vulnerabilidade de risco social e pessoal de assistência social conforme quadro:

Projeto	Cidadão do Amanhã[1]	Caminhando e Aprendendo[2]	Social
Qtde de Assistidos	550	150	**700**
Receita bruta	**2.211.856**	**413.320**	**2.625.176**
Atividades próprias			
Receita de doações PJ	906.892	247.334	**1.154.226**
Receita de doações PF	37.833	10.318	**48.152**
Receita de doações mercadorias	63.504	17.319	**80.824**
Doações de voluntariado	21.762	5.935	**27.697**
Receitas financeiras próprias	28.504	7.774	**36.278**
Geração de renda - sustentáveis			
Captação de recursos	21.960	5.989	**27.949**
Subvenções e Parcerias			
Convênios e subvenções municipais	1.126.594	118.500	**1.245.094**
Receitas financeiras subvencionadas	4806	150	**4.956**
(=) Receita líquida	**2.211.856**	**413.320**	**2.625.176**

Projeto	Cidadão do Amanhã[1]	Caminhando e Aprendendo[2]	Social
Qtde de Assistidos	550	150	**700**
(-) Custos dos serviços e atividades	**-1.684.587**	**-269.509**	**-1.954.096**
Custos subvencionados	**-1.131.440**	**-118.650**	**-1.250.091**
Salarios e encagos sociais	- 819.168	-101.963	- **921.131**
Generos alimenticios	- 178.484	0	- **178.484**
Consumo	- 24.487	0	- **24.487**
Higiene e Limpeza	- 2.950	0	- **2.950**
Honorarios profissionais	- 102.049	-12704	- **114.753**
Material pedagogico	- 4.303	-3.984	- **8.286**
Custos diretos recursos próprios	**- 553.147**	**-150.858**	**- 704.005**
Salarios e encargos socias	- 397.723	- 108.470	- **506.193**
Generos alimenticios	- 74.107	- 20.211	- **94.318**
Consumo	- 16.065	- 4.381	- **20.447**
Higiene e Limpeza	- 11.800	- 3.218	- **15.018**
Demais despesas operacionais	- 34.725	- 9.470	- **44.195**
Honorarios profissionais	- 8.975	- 2.448	- **11.422**
Material pedagogico	- 9.752	- 2.660	- **12.411**
(=) Superávit/déficit bruto	**527.269**	**143.812**	**671.081**
(-) Despesas operacionais	**-106.718**	**-29.105**	**-135.823**
(-) Administrativas			
Demais despesas administrativas	-5.908	-1.611	**-7.519**
Depreciação	-56.723	-15.470	**-72.193**
Serviços de terceiros - PJ geral	-25.795	-7.035	**-32.830**
Manutenção e Conservação	-18.292	-4.989	**-23.281**
(=) Superávit/déficit antes do resultado financeiro	**420.551**	**114.707**	**535.258**
(-) Despesas financeiras			
Despesas financeiras	-2.133	-582	**-2715**
(=) Superávit/déficit líquido do período	**418.418**	**114.125**	**532.543**

(1) 550 crianças = 7 a 14 anos contraturno escolar

(2) 150 crianças = 3 a 6 anos contraturno escolar

Educação - área secundária

(ii) ***Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais - Educação***
O Serviço Espírita de Proteção a Família, mantém credenciamento para atuar na educação infantil de 0 à 03 anos- Creche.

Em observância ao disposto no artigo 13 da Lei No. 12.101/09, a entidade ofereceu bolsas educacionais integrais para alunos pré-selecionados pelo perfil socioeconômico, adotando o seguinte critério:

- A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 1/2 (um e meio) salário mínimo.

A OSC de ensino presta serviços educacionais integralmente gratuitos, não havendo cobrança de mensalidades/anuidades.

Desta forma, a OSC observou a proporção estabelecida no art. 13 Inciso II §7 da Lei 12.101/09, conforme demonstração a seguir:

EDUCAÇÃO BASICA	2021	2020
Numeror de crianças de 11 meses a 02 anos assistidas	60	60
(-) Bolsas integrais 100% - Lei 12.101/09	60	60
(-) Bolsas institucionais 100%	-	-
(=) Base de pagantes	-	-
Quantidade mínima a ser garantida com perfil socioeconômico - 1X5	12	12
Alunos bolsistas integrais Lei 12.101/09 - com perfil socioeconômico	60	60
Gratuidade Excedente	48	48

17 Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2020, sendo eles, outras contas a receber e fornecedores estão classificados como empréstimos e recebíveis.

Valor justo
Não existem diferenças entre valores de mercado e os valores registrados na contabilidade, exceto para as propriedades para investimentos.

Instrumentos financeiros derivativos
A Organização Social não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial.

Instrumentos financeiros "Não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Organização Social torna-se uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representados pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021, a Organização Social está sujeita aos fatores de riscos conforme descrito na nota explicativa 4.

18 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se substancialmente a doações como patrocinadores.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a OSC possuía as seguintes partes relacionadas:

- Química Amparo Ltda.
- Tix Participações e Administração Ltda.
- Pessoas físicas (diretoria executiva)

As transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações normais no curso dos negócios da OSC com suas empresas ligadas e pessoas físicas que correspondem a diretoria executiva.
A natureza e os montantes envolvidos nas transações com partes relacionadas foram os seguintes:

2021

Partes relacionadas	Doações em espécie	Voluntariado	Doações em mercad. e serviços	Contribuição associativa
Química Amparo Ltda.	1.190.000	-	5.409	-
Tix Participações e Administ..	-	-	20.265	-
Pessoas físicas	-	-		30.300
	1.190.000	**-**	**25.675**	**30.300**

2020

Partes relacionadas	Doações em espécie	Voluntariado	Doações em mercad. e serviços	Contribuição associativa
Química Amparo Ltda.	1.080.000	-	2.720	-
Tix Participações e Administ..	-	-	69.284	-
Pessoas físicas	-	-	2.416	33.300
	1.080.000	**-**	**74.419**	**33.300**

* * *

Amparo, 31 de dezembro de 2021

Composição da Diretoria

Ana Maria Veroneze Beira - Presidente

Antonio Ricardo Beira - Tesoureiro

Responsável técnico

Andreia Cristina Bozzer Chierice
Contadora
CRC SP 1SP261965

AUDISA

00.550

CERTIFICADO DE AUDITORIA CONTÁBIL INDEPENDENTE

EXERCÍCIO AUDITADO: 2021

O SERVIÇO ESPIRITA DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA - SEPI, REGISTRADO SOB CNPJ: 46.731.121/0001-04 FOI DEVIDAMENTE AUDITADO PELA **AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS**, EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR, QUE EMITIU O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE EM 31 DE JANEIRO DE 2022, PROPORCIONANDO CREDIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA DAS SUAS AÇÕES.

02/02/2021

Data

ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO:14782348819

Assinado de forma digital por ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO:14782348819
Dados: 2022.02.02 20:05:59 -03'00'

Sócio

AUDISA
AUDITORIA | CONSULTORIA
www.portalaudisa.com.br

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	**3**
Balanços patrimoniais	**6**
Demonstrações de resultados	**7**
Demonstrações de resultados abrangentes	**8**
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	**9**
Demonstrações dos fluxos de caixa	**10**
Notas explicativas às demonstrações financeiras	**11/29**